

Salus Infraestrutura Portuária S.A.

CNPJ/MF 15.494.541/0001-90

Relatório da Administração

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. A Administração da Companhia é bastante otimista com o potencial do setor de infraestrutura no Brasil e espera contribuir para o seu desenvolvimento por meio de suas atividades. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2020, informamos que a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.292	1.290	Fornecedores	-	29	34
Aplicações financeiras	4	12.810	9.425	Impostos, taxas e contribuições a recolher	8	1.512	1.528
Contas a receber	5	38.285	35.709	Debitantes	9	83.379	80.596
Impostos a recuperar	6	3.456	5.409	Total do passivo circulante		84.920	82.158
Total do ativo circulante		55.843	51.833	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Dividendos a pagar	-	171	171
Impostos a recuperar	6	444	444	Debitantes	9	84.912	152.679
Imobilizado	7	103.192	159.480	Total do passivo não circulante		85.083	152.850
Total do ativo não circulante		103.636	159.924	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	11.1	20.512	20.512
				Prejuízos acumulados	-	(31.036)	(43.763)
				Total do patrimônio líquido		(10.524)	(23.251)
Total do ativo		159.479	211.757	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		159.479	211.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.512	(31.936)	(11.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.512	(43.763)	(23.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.512	(31.036)	(10.524)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. No exercício de 2015, a Companhia iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo. Em 1º de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem. Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitida carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento, em 29 de dezembro de 2017, do aceite por parte do Cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelos fornecedores contratados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro no montante de R\$ 12.727 (prejuízo de R\$ 11.827) em 31 de dezembro de 2021), um capital circulante líquido negativo de R\$ 29.077 (negativo em R\$ 30.325 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 10.524 (R\$ 23.251 em 31 de dezembro de 2021). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação histórica de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **2. Principais práticas contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas adotadas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **2.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outros valores a receber, fornecedores, dividendos a pagar e debêntures. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados a: **• Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, excetuando-se os montantes em conta corrente, conta de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; **• Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; e **• Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** incluem os montantes em conta corrente, conta de principal e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo. **2.4. Aplicações financeiras:** A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.5. Clientes e outros valores a receber:** Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Não há constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa face à ausência de histórico de perdas de valores faturados e ausência de expectativa de perdas futuras dos valores registrados. **2.6. Imobilizado:** Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável. **2.7. Outros passivos:** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **2.8. Receita de prestação de serviços de infraestrutura:** A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado. **2.9. Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação:** Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não há instrumentos financeiros, que possam ser convertíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação. **2.10. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **2.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.12. Novas normas, alterações e interpretações:** Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	1.292	1.290
Total	1.292	1.290

4. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira RB Capital DTVM	55	1.039
Aplicação financeira Itaú (*)	12.735	8.386
Total	12.790	9.425

(*) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor e remuneração média de 8,73% ao ano.

5. Contas a receber

Clientes (*)

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (*)	30.978	26.588
Clientes a faturar (**)	7.307	9.121
Total	38.285	35.709

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado. Os pagamentos são efetuados anualmente a cada dia 15 do mês de setembro de cada ano, e

(**) O valor refere-se à provisão do recebimento, entre volume de toneladas transitado e o valor mínimo previsto em contrato.

6. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a recuperar	1.976	548
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a recuperar	287	2.116
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar (*)	444	444
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	120	1.868
PIS e Cofins a recuperar (faturamento)	1.073	877
Total	3.900	5.853

Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	3.456	5.409
Total	444	444

(*) O valor refere-se ao ISS pago à maior. A Companhia mantém processo junto à Prefeitura de São Paulo para ressarcimento do imposto.

7. Imobilizado

Desenvolvimento e implementação de projeto (a)

	31/12/2022	31/12/2021
Desenvolvimento e implementação de projeto (a)	423.488	423.488
Depreciação acumulada	(320.296)	(264.008)
Total	103.192	159.480

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

A movimentação do saldo da rubrica "Imobilizado" é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	215.768
Adições	-
Depreciação (*)	(56.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.480

Adições

	31/12/2022	31/12/2021
Adições	(56.288)	(56.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	103.192	159.480

(*) O ativo é depreciado conforme o contrato de contraprestação, pela vida útil total de 120 meses, contados desde o início da dragagem. A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016 (23 meses após o início da dragagem).

8. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e Cofins	738	690
ISS	758	836
IRRF	2	2
IRPJ	14	-
Total	1.512	1.528

9. Debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	168.291	233.275
Circulante (*)	83.379	80.596
Não circulante	84.912	152.679

(*) Em 31 de dezembro de 2022, o valor refere-se ao principal de R\$ 86.029, deduzido do custo de captação no montante R\$ 2.650.

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Contrato Adicional ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não convertíveis em Ações, da espécie quirográfrica, emitido em 26 de fevereiro de 2015. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$ 23.012. O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures é paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração é paga parcialmente e o valor da remuneração que não for pago ao debênturista fica incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização. Não há cláusulas para repactuação das debêntures, nem covenants financeiros. Em 25 de agosto de 2017, foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi adotado em 06 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,7% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual. O Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica com Garantia Real, em Lote Único e Individual, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017. Foram constituídas em garantia ao pagamento das debêntures: (i) a cessão fiduciária de determinados direitos creditórios; e (ii) alienação fiduciária das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, de titularidade da Salus FIP. As debêntures estão sujeitas ao cumprimento de determinados covenants não financeiros. A Administração da Companhia declara que todas as cláusulas reserivas que exigiram pagamento antecipado das dívidas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022. A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	273.350
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	51.115
Juros pagos	(20.154)
Amortização principal	(71.036)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	233.275

Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	32.674	(16.750)
Juros pagos	(80.908)	(80.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168.291	

Adiante a movimentação dos custos de captação para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	(7.508)
Amortização dos custos de captação das debêntures	2.650
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.858)

A composição da parcela do passivo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ano	84.912	84.912
Total	84.912	84.912

S DIRETORIA

Karin Antunes Sikorski Fontan | 15P270.693/0-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Salus Infraestrutura Portuária S.A. – São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Salus Infraestrutura Portuária S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as operações da Companhia iniciaram em 2015 e ocorrem com um único cliente, sendo reguladas por contrato com duração prevista de dez anos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita com prestação de serviço de infraestrutura:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 2.8 e 12, a principal receita da Companhia é decorrente do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção, reconhecido por meio de tarifa cobrada nas embarcações que transitam pelo Canal de Piaçaguera, sendo calculada com base no volume de toneladas transitado. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Consideramos, novamente, o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria, devido ao montante

envolvido, bem como a necessidade de cumprimento de cláusulas contratuais específicas para determinação e registro da receita com a prestação de serviços no seu período apropriado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos foram direcionados ao entendimento das principais atividades de controle implementadas para administração da Companhia quanto à mensuração e reconhecimento da receita observando se as obrigações de performance foram satisfetidas. Procedemos com testes de auditoria visando validar as afirmações sobre receita (assertivas) em base de amostragem através dos boletins de medições de transportes de carga e cálculos dos volumes transitados, visando concluir quanto à integridade, exatidão, classificatória, ocorrência e competência das receitas auferidas. Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para mensuração e reconhecimento da receita com prestação de serviços de infraestrutura adotados pela administração são aceitáveis e estão adequadamente divulgados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, con-

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido básico e diluído por ação)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	12	104.133	95.350
Custos dos serviços prestados	13	(56.288)	(56.288)
Ducro bruto (Despesas) receitas operacionais		47.845	39.062
Despesas gerais e administrativas			
Despesas tributárias	14	(653)	(558)
		(108)	(56)
		(761)	(614)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		47.084	38.448
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.317	866
Despesas financeiras	15	(32.732)	(51.141)
		(30.415)	(50.275)

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	16.669	(11.827)
		(3.942)	(11.827)
Lucro (prejuízo) do exercício		12.727	(11.827)

Lucro (prejuízo) por ação – R\$

	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro (prejuízo) por ação – R\$	17	30,30	(28,16)